

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - *CAMPUS VIII*
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

LETÍCIA LIMA XAVIER

**O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL
COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO
DE ABUSOS SEXUAIS**

**PAULO AFONSO - BAHIA
JULHO - 2025**

LETÍCIA LIMA XAVIER

**O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL
COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO
DE ABUSOS SEXUAIS**

Trabalho apresentado em
cumprimento das
exigências da disciplina
Trabalho de Conclusão
de Curso do curso de
Licenciatura em Ciências
Biológicas, da
Universidade do Estado
da Bahia, Campus VIII.

Orientadora: Eliane Maria
de Souza Nogueira

**PAULO AFONSO - BAHIA
2025**

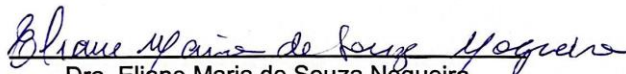
LETÍCIA LIMA XAVIER

**O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL
COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO
DE ABUSOS SEXUAIS**

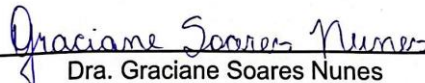
Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Universidade do Estado da Bahia / Departamento de Educação - DEDC VIII, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 25/07/2025

Banca Examinadora



Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira
Universidade do Estado da Bahia
Orientadora e presidente da banca



Dra. Graciane Soares Nunes
Universidad de Desarrollo Sustentable



Dra. Nadja Santos Vitória
Universidade do Estado da Bahia

**PAULO AFONSO
JULHO - 2025**

DEDICÁTORIA

Dedico esse trabalho à minha mãe, que mesmo sem ter tido as oportunidades que hoje eu tenho, nunca deixou que isso limitasse os meus caminhos. Foi você quem trocou o próprio descanso pela minha chance de crescer. Você foi meu chão nos momentos difíceis e minha inspiração quando pensei em desistir. Este trabalho é apenas uma parte da gratidão que tenho por tudo que a senhora fez – e faz – por mim. Dedico não só este trabalho, mas todos as minhas conquistas.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à Deus por ter me guiado até aqui, me amparado nos dias difíceis e me ensinado a transformar as dificuldades em força para seguir em frente, sem Ele eu não chegaria na metade do caminho.

À Nossa Senhora, por sua intercessão constante, por me acolher em silêncio e me acompanhar como mãe.

Agradeço a toda minha família, por sempre acreditarem em meu potencial, me apoiarem em cada momento e me aplaudirem em cada conquista. Em especial as minhas tias que cuidam de mim como filha, vocês sempre serão minha maior inspiração.

À minha mãe, Janete, que mesmo sendo mãe solo, agricultora e sem tantas oportunidades na vida nunca mediu esforços para que eu tivesse o melhor, você que sempre me ensinou a aproveitar cada oportunidade, dizendo que daria um jeito para que pudesse correr atrás do que eu quisesse. E você sempre deu. Essa vitória é sua também – talvez mais sua do que minha.

Agradeço também a meu namorado, Arthur, ele que antes de tudo foi meu fiel amigo. Em meio aos dias difíceis, ele foi meu porto seguro, meu abrigo e conselheiro. Crescer junto com você me fez ter a certeza que amar é caminhar junto, passo a passo, sonho a sonho. Obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava.

Aos amigos da vida, que me acompanham além do tempo e da rotina. Obrigada por acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais difíceis, e por estarem presentes com apoio, escuta e afeto, mesmo de longe.

Aos amigos da faculdade, que estiveram ao meu lado diariamente, compartilhando aprendizados, risos e desafios. Em especial a Aline, Denner, Vanessa e Regina, por cada conversa, incentivo e por tornarem essa jornada mais leve e significativa.

À Gabriela, minha dupla desde o primeiro semestre, que foi presença constante em todos os momentos: dos desafios aos acertos, dos cansaços às celebrações. Obrigada por ter sido parceira, amiga e força em todos os passos. Você foi meu maior presente durante a graduação.

Aos professores que contribuíram com minha formação, pela dedicação ao ensino e pela inspiração que deixaram em minha caminhada. De modo especial à minha orientadora, professora Eliane, por sua escuta generosa, orientações valiosas e apoio contínuo ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por ser muito mais que uma instituição de ensino — um espaço de transformação, resistência e construção de saberes.

A todos e todas que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada: minha eterna gratidão.

"Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça."
Isaías 41:10

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar de que forma a escola pode atuar, por meio da educação sexual infantil, como agente de prevenção e reconhecimento de casos de abuso sexual contra crianças. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando artigos publicados entre 2015 e 2025, selecionados nas bases de dados Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados foram organizados em três eixos principais: (1) a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação; (2) a importância do diálogo entre escola e família; e (3) a ausência de políticas públicas efetivas voltadas à educação sexual no contexto escolar. Constatou-se que, apesar dos avanços legais, a escola ainda enfrenta resistências e desafios estruturais para atuar de maneira eficaz na prevenção do abuso sexual infantil. O estudo reforça a urgência de investimentos em formação docente, apoio institucional e ações pedagógicas integradas à comunidade escolar.

Palavras-chave: educação sexual infantil; abuso sexual; escola; prevenção; proteção infantil.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how the school can act, through sex education in childhood, as an agent of prevention and recognition of child sexual abuse cases. To this end, an integrative literature review was conducted, using articles published between 2015 and 2025, selected from the databases Google Scholar and the CAPES Periodicals Portal. The results were organized into three main axes: (1) the need for continuing education for education professionals; (2) the importance of dialogue between the school and the family; and (3) the absence of effective public policies focused on childhood sex education. It was found that, despite legal advances, schools still face resistance and structural challenges to effectively act in the prevention of child sexual abuse. The study reinforces the urgency of investments in teacher training, institutional support, and pedagogical actions integrated with the school community.

Keywords: childhood sex education; sexual abuse; school; prevention; child protection.

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVO.....	14
2.1	OBJETIVO GERAL.....	14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
4	METODOLOGIA.....	17
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
	EIXO 1: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	21
	EIXO 2: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NA PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO DE ABUSOS SEXUAIS	23
	EIXO 3: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A infância representa uma das fases mais delicadas e importantes do desenvolvimento humano, sendo marcada por descobertas, formações afetivas e construção de vínculos sociais e culturais. Nesse processo, a escola desponta como um dos principais espaços de convivência e aprendizagem, não apenas no campo do conhecimento formal, mas também na formação de valores e atitudes que contribuem para a cidadania e a proteção dos direitos fundamentais da criança. Diante disso, torna-se indispensável que a escola atue de forma ativa e responsável na promoção de práticas educativas voltadas à prevenção da violência, especialmente do abuso sexual infantil, um fenômeno silencioso, recorrente e devastador, que afeta milhares de crianças todos os anos no Brasil (Faleiros, 2016).

A educação sexual, quando tratada desde a infância, cumpre um papel fundamental nesse contexto, pois fortalece a autonomia da criança, incentiva o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, e oferece ferramentas para que os pequenos reconheçam situações de risco (Vilela, 2014). No entanto, essa abordagem ainda é cercada por tabus, preconceitos e desinformações, tanto por parte das famílias quanto por setores da própria comunidade escolar. Muitas vezes, falar sobre sexualidade infantil é erroneamente confundido com erotização precoce, o que gera resistência à inclusão do tema no ambiente educacional. Essa resistência impede que informações essenciais sejam compartilhadas, mantendo as crianças vulneráveis e desprotegidas diante de possíveis violências (Ramos, 2020).

Além disso, é importante destacar que o abuso sexual infantil, na maioria das vezes, acontece em ambientes considerados seguros — como a própria casa ou em espaços de convivência familiar —, o que torna sua identificação ainda mais complexa. Nesse sentido, a escola pode ser o único local onde a criança encontra espaço de escuta, acolhimento e segurança. É justamente nesse ambiente que educadores atentos e bem-preparados podem identificar sinais, acolher relatos e encaminhar situações com responsabilidade. No entanto, para que isso aconteça de forma eficaz, é necessário que os profissionais da educação estejam devidamente formados, com conhecimento

específico sobre o tema e amparo institucional que os capacite e respalde diante de suas ações (Silva, 2018).

A legislação brasileira já reconhece a importância da proteção integral da criança, especialmente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que estabelece o direito à informação, à segurança e à dignidade. A própria Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) traz em suas diretrizes a valorização da diversidade, da equidade e dos direitos humanos, incluindo a necessidade de práticas pedagógicas voltadas à prevenção da violência. No entanto, essas diretrizes muitas vezes não se concretizam nas ações cotidianas das escolas, seja por falta de políticas públicas efetivas, por insegurança dos docentes ou por ausência de apoio das famílias (Hoinatz; Oliveira; Silva, 2023).

Considerando esse panorama, este trabalho propõe analisar de que forma a escola pode atuar, por meio da educação sexual infantil, como agente de prevenção e reconhecimento de casos de abuso sexual contra crianças. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa da literatura, reunindo estudos que evidenciam as possibilidades e os desafios enfrentados por professores, gestores e demais membros da comunidade escolar na abordagem do tema. O objetivo é contribuir para uma reflexão crítica e fundamentada sobre a importância de incluir, com responsabilidade e sensibilidade, a educação sexual nas práticas pedagógicas desde a infância, reconhecendo a escola como um espaço legítimo de proteção, formação e transformação social.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar de que forma a escola pode atuar, por meio da educação sexual infantil, como agente de prevenção e reconhecimento de casos de abuso sexual contra crianças

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender os conceitos de educação sexual e abuso sexual infantil, destacando suas implicações sociais, psicológicas e educacionais.

Investigar o papel da escola na formação crítica e preventiva das crianças, identificando práticas pedagógicas adequadas para a abordagem do tema na infância.

Levantar os principais desafios enfrentados por educadores e gestores escolares ao tratar da educação sexual infantil no contexto escolar.

Apresentar estratégias educativas e propostas pedagógicas que contribuam para o enfrentamento do abuso sexual infantil no ambiente escolar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação sexual voltada para a infância deve ser compreendida como uma prática pedagógica que ultrapassa os limites do ensino biológico sobre reprodução. Desde os primeiros anos de vida, esse tipo de abordagem é essencial para promover o cuidado com o corpo, o respeito ao outro e a construção da autonomia da criança. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento integral, ao mesmo tempo em que atua como forma de proteção diante de possíveis situações de vulnerabilidade (Vilela, 2014).

A sexualidade infantil envolve não apenas fatores biológicos, mas também aspectos emocionais, sociais e culturais. Abordar o tema com crianças não significa erotizá-las, mas sim fornecer informações adequadas para que reconheçam seus corpos, estabeleçam limites e saibam identificar condutas inadequadas (Vilela, 2014).

Apesar da relevância desse tipo de educação, ainda há grande resistência por parte de famílias, instituições escolares e até mesmo de profissionais da educação. O silêncio que frequentemente envolve o tema favorece a desinformação e aumenta a exposição das crianças a situações de abuso. Segundo Ramos (2020), o tabu que cerca a sexualidade infantil leva à omissão de conteúdos essenciais, dificultando a formação de uma consciência protetiva nas crianças.

Antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a legislação brasileira voltada à infância e adolescência era regida pelo Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697/1979. Esse código adotava uma perspectiva tutelar e repressiva, tratando crianças e adolescentes como objetos de assistência e controle estatal, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade ou autores de ato infracional. A doutrina da situação irregular, predominante na época, desconsiderava os sujeitos como detentores de direitos plenos e universais. A superação desse modelo se concretizou com a Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sendo o ECA sua principal regulamentação no campo da proteção integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura às crianças o direito à informação e à proteção, reforçando a responsabilidade da escola na promoção desses direitos (Brasil, 1990). A Organização Mundial da Saúde também reconhece a educação sexual como ferramenta importante para prevenir a violência sexual e promover relações saudáveis e seguras (OMS, 2010).

O abuso sexual infantil é uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Ele ocorre, geralmente, em contextos de desigualdade de poder e, muitas vezes, em ambientes marcados pelo silêncio. Faleiros (2016) enfatiza que essa violência se desenvolve em contextos de invisibilidade, o que dificulta sua identificação e enfrentamento.

Além disso, os sinais do abuso nem sempre são físicos. Segundo Gláucia dos Santos (2018), é comum que a criança apresente alterações comportamentais, como isolamento, regressão, medo repentino, mudanças de

humor e queda no rendimento escolar, o que exige atenção redobrada dos educadores.

Materiais do Conselho Tutelar (2021) e do Ministério Público do Estado de São Paulo (2020) orientam os profissionais da educação a estarem atentos a esses sinais e a promoverem um ambiente de escuta e acolhimento. Muitas vezes, a escola é o único local onde a criança encontra apoio. De acordo com o UNICEF (2017), as consequências do abuso sexual infantil podem ser severas, incluindo baixa autoestima, transtornos de ansiedade, depressão, tentativas de suicídio e dificuldades de socialização. Diante disso, é fundamental que a prevenção seja prioridade.

Nesse processo, a escola assume um papel central. É nela que as crianças constroem vínculos, desenvolvem a autonomia e aprendem sobre respeito aos próprios corpos e ao corpo do outro. Figueiredo (2022) reforça que a escola é um espaço privilegiado para ações preventivas, desde que haja formação adequada dos profissionais e suporte institucional.

Porém, diversos desafios ainda dificultam a abordagem do tema nas escolas: falta de preparo dos docentes, insegurança diante de possíveis reações familiares, carência de políticas públicas e dificuldade em naturalizar a presença do tema no currículo (Silva; Vasconcelos, 2019).

Apesar disso, algumas iniciativas têm alcançado bons resultados. O Projeto "Escola que Protege", por exemplo, busca capacitar educadores e desenvolver estratégias de prevenção nas escolas (Brasil, 2016). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em vigor desde 2018, também destaca a importância de uma educação que contemple os direitos humanos, a diversidade, a equidade e a prevenção de violências, inclusive a sexual (Brasil, 2018).

Dessa forma, torna-se evidente que a educação sexual deve ser encarada como parte essencial da formação das crianças. Quando assume seu papel educativo e protetivo, a escola contribui significativamente para uma infância mais segura, consciente e fortalecida diante dos desafios da sociedade.

4 METODOLOGIA

Considerando a relevância social e educacional do tema proposto, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa da literatura é um método que permite reunir e sintetizar pesquisas já desenvolvidas sobre determinado tema, contribuindo para a produção de novos conhecimentos e para a identificação de lacunas na literatura. Esse tipo de estudo possibilita tanto uma análise crítica quanto a organização das evidências disponíveis, promovendo reflexões que podem subsidiar práticas e intervenções futuras.

Souza, Silva e Carvalho (2010) afirmam que a construção da revisão integrativa envolve seis etapas principais: a definição do tema e elaboração da questão de pesquisa; a determinação dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; a extração dos dados relevantes dos materiais selecionados; a avaliação crítica dos artigos incluídos; a interpretação dos dados obtidos; e, por fim, a elaboração da síntese final dos achados. Essas etapas asseguram a sistematização do processo e aumentam a credibilidade dos resultados obtidos. Atendendo à primeira etapa, foi formulada a seguinte questão norteadora: “Como a escola pode atuar, por meio da educação sexual, na prevenção e no reconhecimento do abuso sexual infantil?”. A busca pelos materiais científicos foi realizada nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave, combinadas por operadores booleanos, para nortear a pesquisa: "educação sexual" AND "abuso sexual infantil" AND “prevenção AND escola” “educação sexual AND escola” prevenção AND abuso sexual infantil”.

Como critérios de inclusão, foram selecionados apenas artigos publicados no período de 2015 a 2025, que estivessem alinhados à questão norteadora, com acesso gratuito e texto completo disponível em português.

Foram excluídos do levantamento os materiais que não estavam disponíveis gratuitamente, os que não dialogavam diretamente com o tema proposto, publicações anteriores a 2015, documentos cujo enfoque era a educação sexual desvinculada da infância ou da prevenção de abusos, além de

estudos de revisão e resumos simples ou expandidos, por não fornecerem embasamento teórico suficiente para atender aos objetivos deste estudo. Pontua-se ainda que os artigos encontrados em mais de uma base de dados foram contabilizados apenas uma vez.

A seleção dos materiais foi realizada por meio da leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, da íntegra dos textos, a fim de verificar sua adequação aos critérios previamente definidos de inclusão e exclusão. Ao término das buscas nas bases de dados, foram identificados 45 artigos, dos quais 29 foram excluídos após a triagem detalhada.

Durante a etapa de análise, foram extraídas informações relacionadas ao periódico (título e ano de publicação), aos autores (identificação completa) e ao conteúdo do estudo (objetivos, afiliação institucional, fundamentação teórica, delineamento metodológico, principais achados e recomendações apresentadas).

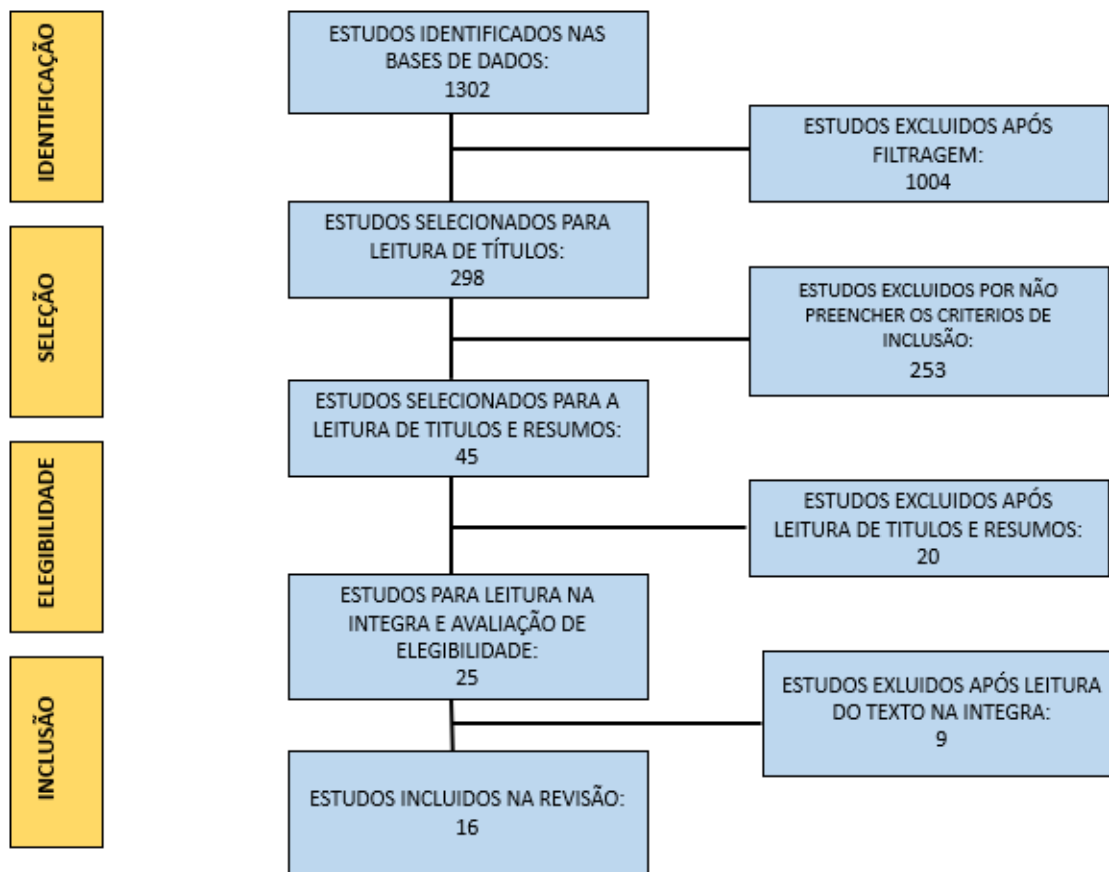
A interpretação dos dados foi orientada por uma avaliação cuidadosa dos artigos incluídos, com base nos resultados apresentados e nas contribuições teóricas relevantes. A partir dessa análise, foram feitas comparações com os conhecimentos existentes sobre o tema, permitindo identificar conclusões e apontar possíveis implicações da revisão. Ao final do processo, restaram 16 estudos que compuseram a amostra.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 16 artigos científicos que discutem a atuação da escola na educação sexual infantil como estratégia de prevenção e reconhecimento de abusos sexuais. A análise dessas publicações permitiu identificar três eixos temáticos recorrentes: (1) a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, (2) a importância do diálogo entre escola e família na prevenção e identificação de abusos, e (3) a ausência de políticas públicas efetivas voltadas à educação sexual no contexto escolar. De modo geral, os estudos evidenciam que a escola ocupa um papel central na proteção das crianças, mas ainda enfrenta desafios como a falta de preparo dos docentes, o tabu social em torno do assunto e a ausência de diretrizes claras. A

Figura 1 apresenta o fluxograma com as etapas do processo de seleção dos artigos analisados nesta revisão.

FIGURA 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos.



Fonte: Autora.

No Quadro 1 são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, cuja organização se dá conforme o ano, os autores, o título e os objetivos.

Quadro 1: caracterização dos estudos.

ANO	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO
2021	Jéssica Ferreira Leocádio e Gabriela Nogueira Xavier Matias	Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual	propor a reflexão sobre a educação sexual na infância como um meio de prevenção e combate ao abuso sexual infantil.
2023	Shayane França Lopes, Nathalie Paes Lima e Danielle Lima Silva	Formação de Professores como agentes na Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Training of Teachers as Agents in the Prevention of Child Sexual Abuse.	Fomentar a reflexão sobre o problema real do abuso sexual infantil em nossa sociedade e o papel potente do professor para a prevenção e proteção das crianças.
2025	Débora dos Santos Rodrigues, Suzi Mara Teixeira Bromberg, Maria Eduarda Fonseca Damasceno e Camila Daiane Silva	Prevenção do abuso sexual infantil e o semáforo do toque	Aplicação do semáforo do toque, com crianças e educadores em uma escola de ensino fundamental da rede básica municipal da cidade do Rio Grande.
2015	Amanda Silva Rodrigues e Eliane Rose Maio	Prevenção à violência sexual infantil: trabalhando com crianças de 4 anos.	Sugerir formas de abordar a prevenção à violência sexual infantil, na Educação Infantil, com crianças de 4 anos, matriculadas em um Centro Municipal de Educação Infantil no Paraná.
2021	Ana Carolina de Souza Fonseca, Luiza Santos Ferreira, Marilene Zimmer e Simone dos Santos Paludo	Afeto e Regulação Emocional entre Crianças Com e Sem Histórico de Abuso Sexual Infantil.	Investigar o afeto positivo e negativo e as estratégias de regulação emocional em crianças de 8 a 12 anos vítimas de abuso sexual (G-ASI) e seus pares sem histórico de abuso (G-Não-ASI).
2020	Dayane Monteiro da Silva	O perfil psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	Investigar o perfil psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, os fatores de risco que provocam esse crime e os possíveis desdobramentos emocionais e psicológicos acarretados pelos abusos.
2017	Emiko Yoshikawa Egryl , Maira Rosa Apostólico , Teresa Christine Pereira MoraisII, Caroline Carapiá Ribas LisboaIII	Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem?	Conhecer a percepção dos profissionais da saúde que atuam na Atenção Básica acerca da violência infantil, visto que a violência contra a criança tem aumentado progressivamente no mundo, requerendo todos os esforços para a intervenção.
2023	Danielle Osti Ferreira e Telma Stocco Martins	Conhecendo os direitos fundamentais da criança e do adolescente.	Estabelecer algumas reflexões sobre o tema dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, especialmente por compreender que este é o público fundamental com o qual as instituições de ensino lidam em seu cotidiano.
2023	Daiane Cristina Hoinatz, Rafael Niebuhr Maia de Oliveira e Everaldo da Silva	Desafios diários da educação básica: a aplicação do estatuto da criança e do adolescente no ambiente escolar.	Identificar se houveram ocorrências envolvendo negligências, tais como maus-tratos, faltas reiteradas e evasão escolar, no ano de 2019, de alunos dos anos finais (6º ao 9º) do ensino fundamental, de uma escola da rede estadual de Santa Catarina, localizada no centro da cidade de Brusque/SC.
2020	Tiago Francisco Andrade Diocesano e Carla Diacui Medeiros Berkenbrock	Infância Segura: um jogo colaborativo para a prevenção da violência sexual infantil.	Definir e aplicar uma estratégia pedagógica que apoie o professor a atuar como coordenador em um jogo colaborativo, com o objetivo de prevenir a violência sexual infantil e possibilitar a observação de comportamentos das crianças durante a atividade.
2022	Railane Santos Sousa e Ivany Steffany Brito do Nascimento	Educação sexual no currículo do ensino.	Explorar as implicações da cultura moral-tradicionalista na Educação Sexual em ambientes escolares, analisando os avanços na sua compreensão e os impactos dessas visões nas práticas pedagógicas e na recepção do tema por famílias e profissionais da educação.
2022	Carla Liliane Waldow Esquivel, Patric Barbosa de Abreu, Valquiria Lucena de Sousa, Elizangela Dias de Chaves.	A escola e o abuso sexual infantil: uma análise acerca do papel e da responsabilidade jurídica e social da escola e do educador.	Discutir aspectos relacionados ao abuso sexual infantil e seus efeitos no desenvolvimento escolar de crianças, refletindo sobre o papel e a responsabilidade da escola e do educador neste processo.
2018	Jeciane Ribeiro da Silva	A ação docente na prevenção ao abuso sexual infantil	Discorrer sobre as práticas pedagógicas que são realizadas para prevenir o abuso sexual infantil na escola.
2024	Catharina Isis Santos de Melo, Allana Shirley Gomes da Silva, Geovana Carla Silva Souza, Flavylle Farias Santos Maranhão Lima, Nathalie Maria Oliveira Marinho, Monnique Machado Cirilo de Oliveira, Clarissa Cotrim dos Anjos Vasconcelos	Produto educacional com o foco na educação sexual em escolares: Relato de experiência	Apresentar a estruturação e aplicação de um produto educacional sobre educação sexual infantil, com foco na orientação de escolares quanto ao reconhecimento do próprio corpo, limites pessoais e consentimento, como estratégia de prevenção de abusos sexuais.
2023	Lígia De Carvalho Abôes Vercelli, Adriana Aparecida de Lima Terçariol.	Educação Infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores	Apresentar um panorama das políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores na Educação Infantil, a partir de marcos legais como a LDB, RCNEI, DCNEI e BNCC, e contextualizar a proposta do dossiê temático da Revista <i>Dialogia</i> n. 43, que reúne artigos e reflexões voltadas à valorização, ao estudo e à melhoria da Educação Infantil no Brasil.
2023	Alexandre Mendonça Fava, Júlia Llorente, Adilson Vahldick, Carla Diacui Medeiros Berkenbrock	Um jogo educacional como ferramenta de apoio à prevenção da violência sexual infantil	Investigar o uso de um jogo educacional como ferramenta de capacitação infantil para prevenção do abuso sexual infantil (ASI), analisando sua efetividade e os desafios enfrentados durante a aplicação da proposta em ambiente escolar.

Fonte: Autora.

EIXO 1: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação continuada dos profissionais da educação emerge como um dos pilares centrais para que a escola cumpra seu papel de agente protetivo, sobretudo diante da complexidade que envolve a abordagem da educação sexual na infância. Considerando que a prevenção ao abuso sexual infantil requer conhecimentos específicos, sensibilidade, embasamento legal e didático-pedagógico, a capacitação dos docentes se torna condição indispensável para garantir uma atuação ética, crítica e transformadora.

No contexto brasileiro, historicamente marcado por silenciamentos e tabus em torno da sexualidade, muitos professores ainda se sentem inseguros, despreparados ou desautorizados para trabalhar a educação sexual com crianças. Esse receio, muitas vezes, está relacionado à ausência de formação inicial que contemple, de forma sistematizada, o debate sobre sexualidade infantil, direitos humanos, proteção da infância e enfrentamento à violência sexual. Nesse sentido, a formação continuada se apresenta como uma oportunidade concreta para a superação de lacunas formativas e de resistências pessoais e institucionais.

Autores como Lopes, Lima e Silva (2023) afirmam que, quando os profissionais da educação têm acesso à formação permanente, tornam-se mais aptos a reconhecer os sinais e sintomas do abuso sexual, compreender os fatores de risco e proteção, e saber como agir diante de situações que envolvam suspeitas ou confirmações de violência. Isso significa que a capacitação vai além do saber teórico: trata-se de desenvolver competências práticas, éticas e emocionais para lidar com um tema que afeta diretamente a saúde física e mental das crianças.

Esquivel *et al.* (2022), em suas análises, destacam que o papel da escola ultrapassa o ensino de conteúdos tradicionais e precisa considerar seu compromisso social e jurídico com a proteção da infância. A formação continuada precisa adotar uma abordagem interdisciplinar, integrando áreas como educação, psicologia, assistência social, direito e saúde, como preconizado pela UNESCO (2018). Essa integração é essencial para garantir

uma atuação articulada com a rede de proteção, conforme estabelece a Lei nº 13.431/2017 (Brasil, 2017).

Brino; Williams (2008) chamam atenção para o fato de que muitos professores evitam abordar a sexualidade infantil por não se sentirem preparados ou por temerem conflitos com os responsáveis. Essa insegurança só pode ser combatida com a oferta de formação continuada que seja dialógica, reflexiva e situada na realidade dos docentes. A formação deve, portanto, promover momentos de escuta, estudo e troca de experiências, além de oferecer materiais e estratégias pedagógicas concretas para o trabalho em sala de aula.

Um dos principais desafios identificados nos artigos inventariados nesta pesquisa é a ausência de diretrizes claras para a inclusão da educação sexual nos currículos escolares da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecer a importância da formação integral e do trabalho com temas contemporâneos transversais, como os direitos humanos e a diversidade, a sexualidade ainda é pouco explorada na prática pedagógica cotidiana. A ausência de formação dos professores contribui para que o tema da educação sexual continue sendo marginalizado ou tratado de forma fragmentada e descontextualizada, como aponta Ferreira (2022), ao destacar que a falta de preparo docente reforça tabus e limita a abordagem pedagógica crítica e efetiva.

Nesse contexto, é preciso destacar que a formação continuada não deve ser desvinculada do projeto político-pedagógico da escola. Ela precisa dialogar com o currículo real, com os desafios enfrentados no cotidiano docente e com a necessidade de desenvolver práticas efetivas de prevenção. A partir da formação, os professores podem ser estimulados a construir sequências didáticas, rodas de conversa, contação de histórias, dramatizações e jogos educativos voltados à promoção da autonomia corporal, da escuta ativa e do reconhecimento de situações abusivas, sempre respeitando a faixa etária das crianças (Ferreira, 2022; UNESCO, 2018).

O uso de jogos, por exemplo, é apontado na literatura como uma estratégia lúdica eficaz para abordar temáticas delicadas com crianças pequenas. Diocesano e Berkenbrock (2020) descrevem a experiência com o

jogo “Infância Segura”, que busca ensinar, de forma lúdica e acessível, noções sobre o corpo, os limites do toque e a diferença entre segredos bons e ruins. No entanto, para que esse recurso cumpra seu objetivo educativo e preventivo, é indispensável que os docentes estejam preparados para mediar a atividade, respondendo dúvidas, acolhendo relatos e promovendo reflexões adequadas.

O jogo, nesse caso, não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta que precisa ser contextualizada dentro de um planejamento pedagógico amplo. É necessário que o professor saiba, por exemplo, como iniciar a conversa com os alunos, organizar o espaço, definir os conceitos a serem trabalhados (como intimidade, confiança e respeito) e acompanhar as reações das crianças. Além disso, a formação deve incluir estratégias para comunicar as atividades aos pais e responsáveis, minimizando resistências e fortalecendo parcerias com a comunidade escolar. Segundo Souza *et al* (2024), a formação continuada é essencial para que os docentes consigam planejar e mediar atividades pedagógicas voltadas à sexualidade infantil com responsabilidade e segurança.

Outro aspecto relevante é a escassez de materiais didáticos voltados à educação sexual infantil nas redes públicas de ensino, o que dificulta o trabalho docente. A formação continuada, nesse sentido, deve contemplar a produção, curadoria e adaptação de recursos pedagógicos à realidade local, valorizando a criatividade docente e o conhecimento prévio dos alunos. Como aponta Figueiró (2001), o investimento na formação e na produção de materiais adequados é essencial para que os educadores possam atuar com segurança e sensibilidade frente a essa temática.

Portanto, a formação continuada dos profissionais da educação é mais do que uma recomendação: é um imperativo ético e pedagógico. Ela constitui o alicerce para que a escola se torne, de fato, um espaço seguro, acolhedor e comprometido com a dignidade das crianças. Sem formação, o professor pode se calar diante de um relato de violência; com formação, ele pode ser o elo que salva uma vida.

EIXO 2: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NA PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO DE ABUSOS SEXUAIS

A construção de uma educação sexual efetiva e protetiva na infância não pode prescindir da colaboração entre os dois principais ambientes formativos da criança: a escola e a família. O fortalecimento do diálogo entre esses espaços é apontado por diversos autores como elemento essencial para a eficácia de estratégias preventivas voltadas ao reconhecimento e enfrentamento do abuso sexual infantil. A ausência dessa parceria, por outro lado, tende a gerar desinformação, conflitos e a perpetuação de mitos que enfraquecem a função protetora de ambas as instituições.

Rodrigues e Maio (2023) destacam que a resistência de muitos responsáveis em relação à abordagem da sexualidade na escola está profundamente enraizada em concepções morais, religiosas e culturais que associam, equivocadamente, a educação sexual à erotização precoce. Essa visão distorcida impede que as crianças tenham acesso a informações fundamentais sobre o funcionamento do corpo, os limites do toque e o direito ao respeito, favorecendo um contexto de vulnerabilidade diante de situações abusivas. Para eles, a escola, ao buscar dialogar com as famílias e esclarecer os objetivos da educação sexual, pode contribuir para desconstruir esses tabus e ampliar o entendimento de que a sexualidade infantil deve ser tratada com seriedade, respeito e responsabilidade.

Nesse sentido, a literatura aponta que ações educativas mais eficazes são aquelas que envolvem a participação ativa das famílias, promovendo a escuta, a troca de experiências e o acolhimento mútuo. Lima (2021) afirma que a escola não deve assumir sozinha o papel de educar sobre sexualidade: é preciso que haja uma corresponsabilidade, na qual família e escola compartilhem valores de proteção, autonomia e respeito. Quando essas instituições se posicionam como aliadas, cria-se um ambiente mais propício ao desenvolvimento saudável da criança e à sua capacidade de reconhecer e relatar situações que a façam se sentir desconfortável ou ameaçada.

A proposta do “semáforo do toque”, por exemplo, descrita por Rodrigues *et al.* (2024), é uma ferramenta lúdica e educativa que auxilia a criança a identificar toques seguros (verdes), duvidosos (amarelos) e abusivos (vermelhos) (Figura 2). Quando essa metodologia é utilizada tanto na escola quanto em casa, os efeitos são potencializados, pois há uma linguagem comum

sendo construída e reforçada em diferentes espaços. O envolvimento das famílias na aplicação e compreensão desses recursos contribui para que a criança perceba que está cercada por adultos que a protegem e valorizam sua integridade.

Figura 2: Semáforo do toque.

SEMÁFORO DO TOQUE



Fonte: Adaptado de Prefeitura de Aguai, 2023.

A prevenção da violência sexual infantil deve ser pensada a partir de uma lógica intersetorial e multidisciplinar (Egry *et al.*, 2017). Por isso, a escola, por estar em contato direto com as crianças em idade vulnerável, tem papel estratégico, mas não pode agir de forma isolada. A participação da família é fundamental, tanto na identificação de sinais de sofrimento quanto na garantia do apoio emocional necessário em casos de revelação de abuso. No entanto,

para que esse diálogo aconteça de forma eficiente, é necessário criar estratégias de aproximação com as famílias, superando a tradicional relação vertical entre escola e responsáveis.

A escola exerce um papel estratégico na detecção precoce do abuso sexual infantil, por ser um espaço de convivência contínua e construção de vínculos com a criança. Os profissionais da educação devem estar atentos a sinais como isolamento, agressividade, medo de adultos, queda no rendimento escolar ou conhecimento sexual incompatível com a idade, que podem indicar situações de violência. Conforme destaca a Childhood Brasil (2015), comportamentos regressivos, como urinar na roupa ou evitar certas pessoas, também exigem atenção cuidadosa. Além disso, segundo a Agência Brasil (2021), é essencial que a escola promova escuta sensível e siga os protocolos legais de encaminhamento, contribuindo com a rede de proteção à infância.

A realidade escolar brasileira ainda é marcada por desafios significativos nesse campo. Em muitas instituições, observa-se um distanciamento entre família e escola, seja por falta de tempo, seja por desconfiança mútua ou pela crença de que a responsabilidade sobre certos temas deve ser exclusiva de uma das partes. Cabe à escola, portanto, buscar alternativas para promover o engajamento familiar por meio de rodas de conversa, oficinas, reuniões temáticas, uso de bilhetes informativos e propostas lúdicas que possam ser levadas para casa. Conforme identificado por Pimenta *et al* (2025), a dificuldade de diálogo entre escola e família compromete a efetividade da educação sexual, sendo necessárias intervenções planejadas que favoreçam a participação ativa dos responsáveis.

A experiência com projetos interativos, como cartilhas infantis, desenhos animados educativos e jogos que envolvam a participação dos responsáveis, tem demonstrado bons resultados no sentido de aproximar a família do processo educativo. A UNESCO (2018) destaca que estratégias pedagógicas lúdicas e contextualizadas favorecem o engajamento dos familiares e ajudam a superar tabus em torno da sexualidade na infância. Quando os responsáveis compreendem que o objetivo da escola ao tratar da sexualidade é garantir o bem-estar e a proteção das crianças, a resistência tende a diminuir e o apoio aumenta significativamente. Nesse sentido, Silva *et al* (2020) afirmam que a

comunicação transparente e o uso de recursos adequados à faixa etária contribuem para fortalecer o vínculo entre escola e família.

É importante destacar também que esse diálogo deve ser construído com empatia, sem imposição de verdades absolutas. Cada família tem seu próprio repertório cultural, e a escola deve adotar uma postura de escuta, acolhimento e mediação, favorecendo o debate e a construção conjunta de estratégias educativas. Como destaca Lopes e Silva (2020), o respeito à diversidade cultural familiar e a escuta ativa são pilares para a construção de parcerias efetivas entre escola e família. Não se trata de substituir o papel da família, mas de atuar em parceria para promover a formação integral da criança.

Nesse processo, o papel do professor é fundamental. É ele quem, muitas vezes, identifica os primeiros sinais de que algo não vai bem e precisa se sentir preparado não apenas para dialogar com os alunos, mas também para estabelecer um canal de comunicação aberto e respeitoso com os responsáveis. Conforme ressalta Pimenta (2019), a formação continuada é essencial para o desenvolvimento das competências necessárias para essa mediação, reforçando a importância da ética e sensibilidade docente.

Portanto, o diálogo entre escola e família constitui uma das principais estratégias para o enfrentamento do abuso sexual infantil. Trata-se de uma relação que deve ser cultivada com responsabilidade, empatia e compromisso com o bem-estar da criança. Ao fortalecer esse vínculo, a escola amplia seu potencial de atuação como espaço de proteção, prevenção e cuidado.

EIXO 3: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Apesar dos avanços legislativos que reconhecem os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, ainda é visível a fragilidade das políticas públicas voltadas à educação sexual no ambiente escolar. Essa lacuna tem impactos diretos na prevenção e no reconhecimento de abusos sexuais, pois a ausência de diretrizes claras, formações específicas e apoio institucional dificulta a atuação da escola como agente de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei nº 8.069/1990, afirma em seu Art. 17

que é direito da criança e do adolescente “o respeito à integridade física, psíquica e moral”, incluindo “a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. No entanto, esse direito à proteção integral, apesar de garantido no papel, ainda carece de políticas que o tornem efetivo no cotidiano escola (Brasil, 1990)

O ECA também assegura, no Art. 53, o direito à educação com “respeito à liberdade e aos direitos humanos”. Isso envolve o acesso à informação, à formação crítica e à promoção de valores como a dignidade, a igualdade e o respeito. A educação sexual, portanto, não é apenas um tema opcional, mas está inserida dentro de um projeto de formação integral que visa o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente. Contudo, o que se observa, na prática, é que a educação sexual permanece marginalizada nos currículos escolares, muitas vezes reduzida a abordagens pontuais, sem aprofundamento ou continuidade (Brasil, 1990).

De acordo com Hoinatz; Oliveira e Silva (2023), mesmo com o respaldo legal previsto em documentos como o ECA e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a efetivação da educação sexual nas escolas enfrenta barreiras estruturais e ideológicas. Entre os principais entraves estão a ausência de políticas públicas contínuas, a falta de formação específica para os professores, o medo de represálias e a ausência de clareza sobre como a temática pode ser abordada pedagogicamente. Isso deixa os profissionais inseguros e, por vezes, receosos de inserir o tema em suas práticas, mesmo reconhecendo sua importância.

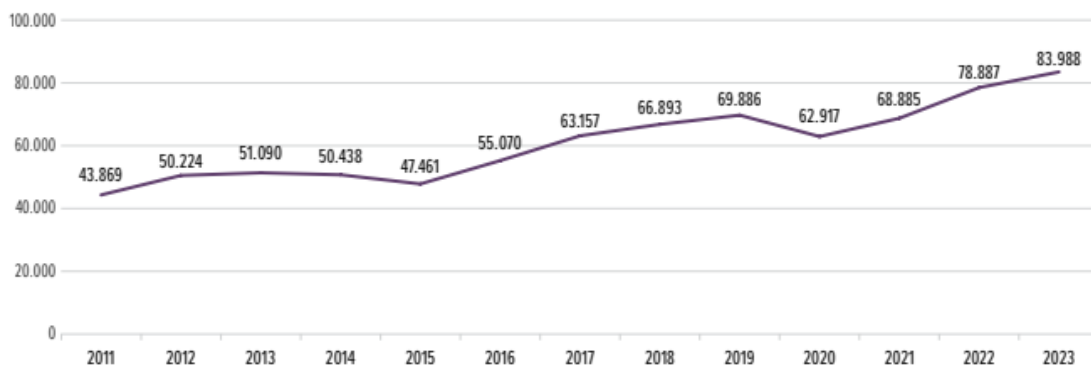
Sousa e Nascimento (2022) enfatizam que a sexualidade ainda é tratada como tabu no espaço escolar, sendo muitas vezes alvo de discursos moralistas e de censura social e institucional. Eles consideram que em diversos contextos, quando o tema é proposto em sala de aula, surgem resistências de responsáveis, de colegas de profissão ou até mesmo da gestão escolar. Essa censura, muitas vezes velada, acaba por silenciar a discussão e comprometer a autonomia docente, criando um ambiente de medo que inviabiliza a implementação de práticas preventivas eficientes.

A edição nº 43 da Revista Dialogia (2023), intitulada Educação infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores, reforça a urgência de políticas públicas que garantam condições reais para o tratamento da educação sexual na infância. Isso inclui não apenas a formação docente, mas também a proteção institucional ao professor que atua com o tema, o financiamento de projetos educativos, a elaboração de materiais didáticos específicos, e a inclusão da temática nos currículos escolares de maneira transversal e progressiva, conforme a idade e o nível de compreensão das crianças.

Nesse contexto, autores como Moreira e Meller (2015) defendem a necessidade de uma atuação articulada entre os setores educacional, jurídico, de saúde e assistência social. Para eles, o enfrentamento da violência sexual não é responsabilidade exclusiva da escola, mas deve ocorrer de forma multisetorial, com políticas públicas coordenadas que deem suporte às ações escolares. Martins (2023) complementa esse raciocínio ao afirmar que conhecer os direitos fundamentais da infância é o primeiro passo para garanti-los. Isso inclui o direito à informação qualificada sobre o corpo, os afetos, os limites e os cuidados — aspectos centrais da educação sexual na infância.

A ausência dessas políticas públicas efetivas é ainda mais preocupante quando se observa a realidade dos dados sobre violência sexual contra crianças. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou que, em 2023, o Brasil atingiu um novo recorde no número de estupros e estupros de vulneráveis consumados, totalizando 83.988 vítimas em todo o país. Isso equivale a um caso a cada seis minutos, conforme registros oficiais (figura 3). Tal número revela um preocupante crescimento contínuo da violência sexual ao longo dos anos. Em 2011, foram registrados 43.869 casos, o que representa um aumento de 91,5% em um intervalo de 13 anos (figura 4).

Figura 3: Evolução do número de vítimas de estupros e estupros de vulnerável Brasil, 2011-2023.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

No que diz respeito ao perfil das vítimas, observa-se que a maioria é composta por crianças e pré-adolescentes de até 13 anos. Crianças de 0 a 4 anos representam 11,1%, as de 5 a 9 anos 18% e aquelas entre 10 e 13 anos 32,5%. Esses grupos somam 61,6% das vítimas. Quando se consideram os casos envolvendo menores de 17 anos, o percentual sobe para 77,6% (figura 4), evidenciando a gravidade da violência sexual contra pessoas em desenvolvimento.

Figura 4: Dados sobre a violência no Brasil: frequência, perfil das vítimas e características dos agressores.

| 1 ESTUPRO A CADA 6 MINUTOS

↑ **6,5%**

83.988

VÍTIMAS DE ESTUPRO E
ESTUPRO DE VULNERÁVEL



TAXA DE **41,4** POR **100 mil**

2011 A 2023 ESTUPROS CRESCEM **91,5%**

| **PERFIL
DAS VÍTIMAS**



76,0% ERAM
VULNERÁVEIS

88,2% SEXO
FEMININO

52,2% NEGRAS

61,6% TEM ATÉ
13 ANOS

11,1% ENTRE 0 E
4 ANOS

18,0% ENTRE 5
E 9 ANOS

32,5% ENTRE 10
E 13 ANOS

| **AGRESSORES**

VÍTIMAS DE 14 ANOS E +

**VÍTIMAS DE
0 A 13 ANOS**



64% FAMILIAR

22,4% CONHECIDOS

31,2%
FAMILIAR

28,1%
PARCEIROS
ÍNTIMO

9,9%
EX-PARCEIRO

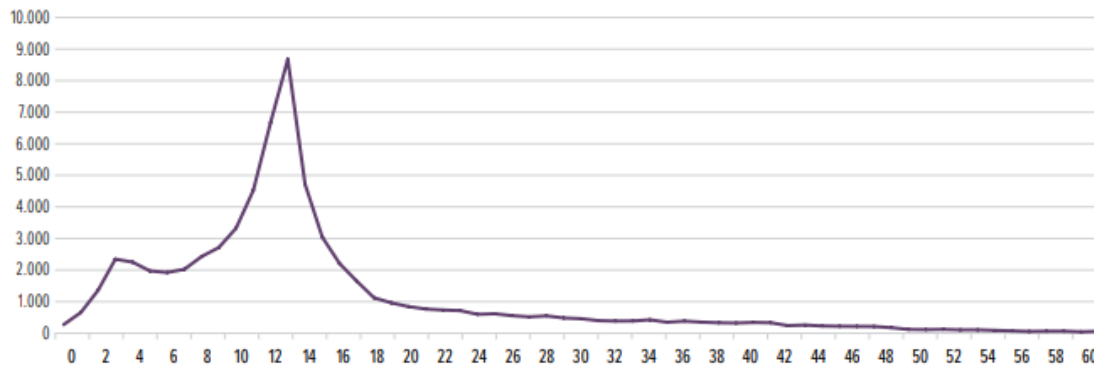
13,2%
CONHECIDOS

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

A análise cruzada entre sexo e faixa etária revela que, entre as meninas, o maior número de registros ocorre aos 13 anos, embora haja índices significativos a partir dos 3 anos de idade (Figura 5). Já entre os meninos, a

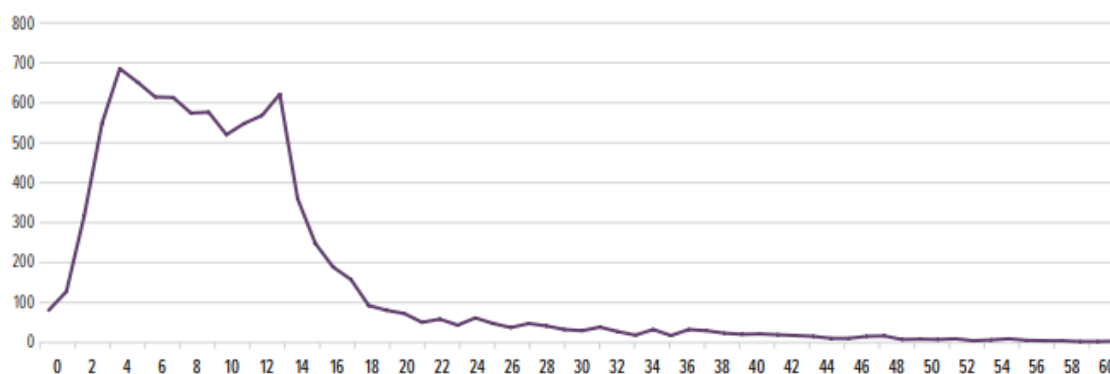
maior incidência situa-se entre os 4 e 6 anos, sendo praticamente inexistente na idade adulta (figura 6).

Figura 5: Frequência de estupros por idade simples, vítimas do sexo feminino Brasil, 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

Figura 6: Frequência de estupros por idade simples, vítimas do sexo masculino Brasil, 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

Pela primeira vez, o FBSP apresentou dados com a taxa de estupros por município, possível graças à melhora na qualidade das informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Foi elaborada, então, uma lista com os 50 municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentaram as maiores taxas de violência sexual no país (figura 7). Esse dado revela a importância de trabalhar o tema com seriedade nas escolas, a fim de desenvolver a percepção crítica das crianças, sua capacidade de nomear situações de desconforto e de buscar ajuda quando necessário.

Figura 7: 50 cidades com mais de 100 mil habitantes com taxas mais elevadas de Estupros Brasil, 2023.

QUADRO 10

50 cidades com mais de 100 mil habitantes com taxas mais elevadas de Estupros Brasil, 2023

	Município	UF	Taxas		Município	UF	Taxas
1	Sorriso	MT	113,9	26	Santana	AP	71,5
2	Porto Velho	RO	113,6	27	Gravatá	RS	71,3
3	Boa Vista	RR	110,5	28	Altamira	PA	71,3
4	Itaituba	PA	100,6	29	Trindade	GO	70,2
5	Dourados	MS	98,6	30	Itajaí	SC	70,1
6	Rio Branco	AC	97,9	31	Piraquara	PR	69,9
7	Três Lagoas	MS	88,5	32	Fazenda Rio Grande	PR	69,9
8	Guarapuava	PR	87,3	33	Sinop	MT	69,8
9	Almirante Tamandaré	PR	85,1	34	Ponta Grossa	PR	69,8
10	Luziânia	GO	83,7	35	Teresópolis	RJ	69,6
11	Breves	PA	83,2	36	Campo Grande	MS	69,3
12	Chapecó	SC	82,8	37	Linhares	ES	69,0
13	Paragominas	PA	82,4	38	Formosa	GO	68,2
14	Passo Fundo	RS	82,0	39	Botucatu	SP	67,5
15	Castanhal	PA	81,7	40	Paranaguá	PR	67,2
16	Viamão	RS	80,3	41	Manacapuru	AM	64,8
17	Barcarena	PA	79,7	42	Cuiabá	MT	64,5
18	Parauapebas	PA	78,8	43	Cascavel	PR	63,5
19	Camboriú	SC	78,6	44	Jataí	GO	63,4
20	Colombo	PR	76,7	45	Tangará da Serra	MT	62,9
21	Araucária	PR	75,8	46	Barretos	SP	62,9
22	Cametá	PA	74,5	47	Aparecida de Goiânia	GO	62,1
23	Uruguaiana	RS	72,5	48	Itumbiara	GO	62,1
24	Ávorada	RS	72,1	49	Paulo Afonso	BA	62,0
25	Abetetuba	PA	72,1	50	Ourinhos	SP	60,6

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

A escola, como espaço privilegiado de convivência, escuta e formação, pode atuar como uma das primeiras barreiras contra o abuso sexual infantil. No entanto, sem apoio político, institucional e legal, essa atuação torna-se limitada. Muitos professores que desejam abordar a educação sexual infantil enfrentam a falta de materiais pedagógicos, o receio de perseguições e a ausência de respaldo dos sistemas educacionais, o que evidencia a fragilidade da atuação estatal nesse campo, conforme aponta Ferreira (2022). Essa limitação revela o quanto o Estado brasileiro ainda falha em garantir condições estruturais para que a escola exerça plenamente seu papel protetivo, como discute Esquivel (2022).

Ademais, é importante reconhecer que a educação sexual, quando pautada pelo respeito, pela ciência e pelos direitos humanos, não visa erotizar ou antecipar vivências sexuais, mas sim proteger. Ensinar uma criança a conhecer seu corpo, nomear corretamente as partes íntimas, identificar toques

inadequados e saber a quem recorrer em casos de violência são medidas fundamentais de prevenção, segundo defende Rodrigues (2024). No entanto, sem políticas públicas que assegurem essa abordagem de forma estruturada e contínua, tais ações acabam ficando restritas a iniciativas individuais e pontuais, como alerta Silva (2019).

Por fim, destaca-se que, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconheça a importância de desenvolver competências socioemocionais, promover o respeito à diversidade e abordar temas contemporâneos transversais, ela não inclui a educação sexual como um conteúdo obrigatório e sistematizado, de acordo com Brasil (2018). Essa ausência reforça a necessidade de políticas públicas complementares que orientem a abordagem da sexualidade desde a educação infantil, com foco na prevenção e na promoção de direitos, conforme analisa Figueiredo (2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito compreender de que forma a escola pode atuar como agente de prevenção e reconhecimento do abuso sexual infantil por meio da educação sexual na infância. A partir da revisão integrativa da literatura, foi possível confirmar a relevância do tema, uma vez que a escola é um dos poucos espaços fora do ambiente familiar onde a criança estabelece vínculos de confiança. Os objetivos foram alcançados, especialmente ao evidenciar os desafios enfrentados e as possibilidades de atuação da comunidade escolar frente à temática.

Os resultados foram organizados em três eixos que se articulam diretamente com a questão de pesquisa: a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, a importância do diálogo entre escola e família, e a ausência de políticas públicas efetivas voltadas à educação sexual. Tais eixos reforçam que, apesar da escola ocupar um lugar estratégico na proteção infantil, sua atuação ainda encontra limitações impostas por fatores estruturais, culturais e formativos. Entre eles, destaca-se a falta de preparo docente, o tabu social em torno da sexualidade infantil e o pouco respaldo institucional.

Nesse sentido, a ênfase na formação continuada como eixo central aponta para a necessidade de tê-la também como um objetivo específico do trabalho, o que contribuiria para uma maior coerência entre as partes. Recomenda-se, portanto, que as políticas educacionais priorizem a formação dos docentes, entendendo-a não apenas como capacitação técnica, mas como compromisso ético com os direitos da criança.

A educação sexual infantil, quando fundamentada na parceria com as famílias, em políticas públicas consistentes e na qualificação docente, fortalece a escola como um espaço de escuta, proteção e transformação social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Abuso sexual infantil: como identificar, prevenir e combater**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 out. 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Escola que protege: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: MEC, 2016.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**. *Educação & Realidade*, v. 33, n. 2, 2008.

CHILDHOOD BRASIL. **Como identificar os sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes – Parte 2**. 14 dez. 2015. Disponível em: <https://www.childhood.org.br>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CONSELHO TUTELAR. **Cartilha de orientação para profissionais da educação**. São Paulo: CMDCA, 2021.

DA SILVA, Dayane Monteiro. **O perfil psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**. Revista Educação, Psicologia e Interfaces, v. 4, n. 1, p. 144-159, 2020.

DE LIMA, Bárbara Letícia Teixeira. **Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual**. Educação, v. 4, p. 33, 2021.

DE SOUZA FONSECA, Ana Carolina *et al.* **Afeto e regulação emocional entre crianças com e sem histórico de abuso sexual infantil**.

DIOCESANO, Tiago Francisco Andrade; BERKENBROCK, Carla Diacui Medeiros. **Infância Segura: um jogo colaborativo para a prevenção da violência sexual infantil**. Revista Brasileira de Computação Aplicada, v. 12, n. 1, p. 32-43, 2020.

DOS SANTOS RODRIGUES, Débora *et al.* **Prevenção do abuso sexual infantil e o semáforo do toque**. Diversidade e Educação, v. 12, n. 2, p. 1123-1137, 2024.

EGRY, Emiko Yoshikawa *et al.* **Enfrentar a violência infantil na atenção básica: como os profissionais percebem?** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, n. 1, p. 119-125, 2017.

ESQUIVEL, Carla Liliane Waldow; ABREU, Patrício Barbosa de; SOUSA, Valquíria Lucena de; CHAVES, Elizangela Dias de. **A escola e o abuso sexual infantil: uma análise acerca do papel e da responsabilidade jurídica e social da escola e do educador**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 20, n. 39, p. 307–322, 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma realidade silenciada**. Brasília: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, 2016.

FARIAS, Isabelle Caroline Veríssimo de; RICARDO, Vitória da Silva; NASCIMENTO, Isabel Regiane Cardoso do; FERREIRA, Diego da Silva. **Estratégia de prevenção para o abuso sexual de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa**. Gestão & Cuidado em Saúde, v. 2, n. 1, 2024.

FERREIRA, L. S. **A importância da formação docente na abordagem da educação sexual na infância**. *Revista Brasileira de Educação Sexual*, v. 13, n. 2, p. 33–46, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufscar.br/sexed/article/view/3592>. Acesso em: 18 maio 2025.

FIGUEIREDO, Mariana. **Educação sexual nas escolas: desafios e possibilidades**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, 2022.

GLÁUCIA DOS SANTOS, Maria. **Sinais de abuso sexual infantil: o papel da escola na identificação.** Cadernos de Educação, v. 31, n. 2, p. 55-68, 2018.

HOINATZ, Daiane Cristina; DE OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia; DA SILVA, Everaldo. **Desafios diários da educação básica: a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no ambiente escolar.** Revista Saberes Pedagógicos, v. 7, n. 1, p. 182-202, 2023.

IMPrensa. **Saúde realiza palestras nas escolas com o tema “Semáforo do Corpo” - Prefeitura Municipal de Aguaí.** Disponível em: <<https://aguai.sp.gov.br/home/elementor-40839/>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

LOPES, Maria Cristina; SILVA, José Carlos da. **Parceria família-escola: desafios e possibilidades para a educação básica.** *Revista Educação e Realidade*, v. 45, n. 2, p. 511–532, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/q9zVYvQZtPXYBfj7WqY7m7p/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LOPES, Shayane França; LIMA, Nathalie Paes; SILVA, Danielle Lima. **Formação de professores como agentes na prevenção do abuso sexual infantil: *Training of teachers as agents in the prevention of child sexual abuse.*** Revista Cocar, v. 18, n. 36, 2023.

MARTINS, Telma Stocco. **Conhecendo os direitos fundamentais da criança e do adolescente.** Revista Autênticos, p. 169. 2023.

MENDES, Kátia Dal Sasso; SILVEIRA, Rosângela Carla da; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia de orientação para educadores: prevenção à violência sexual.** São Paulo: MPSP, 2020.

MOREIRA, Rafael Bueno Da Rosa; MELLER, Diogo Lentz. **Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: considerações sobre a proteção jurídica e o enfrentamento no Brasil.** 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Diretrizes sobre educação sexual.** Genebra: OMS, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: trabalho, profissão e condições de ensino.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

RAMOS, Luciana. **Sexualidade infantil e os desafios da educação.** Revista Brasileira de Educação Sexual, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2020.

REVISTA Dialogia. **Educação Infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores**. Dialogia, n. 43, 2023. Disponível em: <https://dialogia.fclar.unesp.br/index.php/dialogia/issue/view/103>. Acesso em: 1 jul. 2025.

RODRIGUES, Amanda Silva; MAIO, Eliane Rose. **Prevenção à violência sexual infantil: trabalhando com crianças de 4 anos**.

SILVA, Ana Carolina Oliveira; MENEZES, Jones Baroni Ferreira de; SOUSA, Shirliane de Araújo. **Educação sexual: difundindo conhecimentos por meio de cartilhas educativas**. *Conexão ComCiência*, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/5534>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Ana Paula; VASCONCELOS, Camila. **Educação sexual infantil: resistências e desafios no contexto escolar**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1234-1250, 2019.

SILVA, Jeciane Ribeiro da. **A ação docente na prevenção ao abuso sexual infantil**. Eventos Pedagógicos, v. 9, n. 3, p. 973–986, 2018.

SOUSA, Railane Santos; DO NASCIMENTO, Ivany Steffany Brito. **Educação sexual no currículo do ensino**.

SOUZA, Marcela Zoratti de; NEGREIROS, Cláudia Landin; HELLMANN, Miriam de Lima. **Formação continuada em educação sexual: Um estudo a partir da perspectiva dos professores do ensino básico**. Revista Sistemática, v. 14, n. 5, p. 1219–1228, set. 2024. DOI: 10.56238/rcsv14n5-013

SOUZA, Maria Teresa de; SILVA, Maria Dalva de Barros; CARVALHO, Roseni Rosângela. **Integrative review: what is it? How to do it?** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 63, n. 6, p. 1071-1077, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000600019>. Acesso em: 4 jun. 2025.

UNESCO. **Orientações internacionais sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260770>. Acesso em: 15 maio 2025.

UNICEF. **A violência sexual contra crianças e adolescentes: causas, consequências e estratégias de enfrentamento**. Brasília: UNICEF Brasil, 2017.

VILELA, Pedro. **Educação sexual na infância: fundamentos e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.